



O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À AGRICULTURA FAMILIAR: RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Diego Katzer
Emater/RS

Rua Max Retzlaff, 150, Centro, Paraíso do Sul/RS
E-mail: dkatzer@emater.tche.br

Resumo

Objetiva-se com este relato apresentar a síntese de algumas experiências de extensão rural promovidas pela Emater/RS e demais parceiros, nos municípios de Agudo/RS e Paraíso do Sul/RS visando a construção de políticas públicas de Estado voltadas ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar local, bem como, o aumento da arrecadação dos municípios mencionados. Com o desenvolvimento desses programas municipais observamos, entre outros resultados, uma maior valorização e visibilidade da agricultura familiar, o fortalecimento do coletivo de agricultores, o aumento na aplicação de práticas conservacionistas de solo e água, a promoção do desenvolvimento sustentável e da melhoria das condições de vida e trabalho no campo, além do reconhecimento local das ações extensionistas.

Palavras-Chave: Desenvolvimento sustentável; diversificação rural; Programas municipais.

Contexto

Os municípios de Paraíso do Sul e Agudo estão situados na região central do Rio Grande do Sul, caracterizados por pequenas propriedades rurais, com suas economias alicerçadas na agricultura familiar, onde destacam-se os cultivos do tabaco, arroz e soja. Com suas finanças dependentes dessas culturas anuais, expostas às oscilações de mercado e às vulnerabilidades climáticas, cada vez mais frequentes, fica evidente a importância da diversificação agropecuária local, não só para o meio rural, mas dos municípios como um todo.

Buscando diversificar e fortalecer a agricultura familiar local, a partir do ano de 2006, foram propostas a criação de políticas públicas municipais. Atualmente, estamos com oito programas municipais, sendo que, em Agudo/RS, estão previstas ações direcionadas à bovinocultura de leite, reflorestamento, fruticultura, avicultura colonial e cultura do morango. Já Paraíso do Sul/RS conta com programas relacionados à bovinocultura de leite, secagem e armazenagem de grãos e um programa voltado a um público específico, qual seja, a juventude rural.

Enfatizamos que todas as políticas citadas são políticas de Estado, com legislação própria e segurança de continuidade.

Descrição da Experiência

A extensão rural, além de importante meio de aplicação de políticas públicas voltadas ao meio rural, deve tornar-se um dos atores na construção das mesmas, buscando o desenvolvimento social, econômico, tecnológico, cultural e ambiental das comunidades assistidas. Para tanto, os municípios necessitam de extensionistas rurais propositivos, inseridos de corpo e alma nas comunidades locais de modo a

¹ Extensionista Rural – Médico Veterinário do Escritório da Emater/RS do Município de Paraíso do Sul/RS.

entender e absorver suas demandas e, através de metodologias participativas, planejar coletivamente ações que potencializem as suas vocações.

Todavia, antes mesmo de iniciarmos a estruturação de uma potencial política pública, devemos buscar parcerias locais robustas, pois elas formarão o alicerce necessário para o sucesso das ações propostas. Observamos que, à medida em que os programas se enraízam localmente parcerias regionais agregam-se, merecendo ser enfatizado o importante papel da parceria com as universidades e entidades de pesquisa públicas.

Conforme anteriormente mencionado, as construções desses programas municipais tiveram seu início em 2006, a partir de consultas públicas destinadas a verificar as potencialidades para a diversificação da agricultura, apontadas pelos próprios agricultores e pelas entidades envolvidas com o meio rural. Acreditamos que o processo de construção seja uma das etapas mais importantes e merece uma atenção muito especial, pois não existe uma “receita de bolo”. O fundamental é criarmos espaços para que todos os atores envolvidos com o meio rural possam ser ouvidos nesse processo (técnicos, extensionistas, poderes executivos e legislativos municipais, sindicato dos trabalhadores rurais, conselho municipal da agricultura, cooperativas, associações de agricultores, etc.). Nesse processo construtivo é importante não esquecer os protagonistas – os que apresentam as ideias a serem implementadas – bem como, os responsáveis diretos pelas ações previstas serem ou não concretizadas, qual sejam, as mulheres e homens que formam a nossa agricultura familiar.

As sólidas relações entre as entidades ligadas ao rural são fundamentais para o sucesso dessas ações. Neste contexto, a Emater/RS, como órgão oficial de extensão rural do Estado do Rio Grande do Sul tem um relevante papel pois, devido à transversalidade e pluralidade de ações, consegue dialogar e agregar diversos atores e parceiros. Essa parceria se estabelece desde a elaboração, planejamento e execução das iniciativas municipais, baseadas no conhecimento da realidade local, na credibilidade técnica/social e na prestação de assistência técnica gratuita e continuada aos produtores integrantes dos referidos programas.

Parece evidente, mas é importante enfatizar que não se estruturam políticas públicas para a agricultura familiar sem ouvir os agricultores familiares. Observamos que o ambiente de fala mais confortável para os agricultores é dentro das propriedades rurais, sendo assim, levamos os parceiros para discutirem as propostas de programas nestes espaços. Dessa forma dialogamos com os principais atores do processo do “meio” e não de “cima”, posição em que lideranças locais e, muitas vezes nós, técnicos e extensionistas nos colocamos – o que vem a gerar um afastamento da realidade e uma visão míope do cenário local.

Vale ainda ressaltar que muitas dessas atividades fomentadas com as políticas públicas municipais são capitaneadas por mulheres, notadamente na produção de leite, morango e a avicultura colonial. Nesse contexto, a participação de jovens mulheres sobressaiu-se, em especial, na condução da estruturação do Programa Futuro Mais Jovem de Paraíso do Sul. Nesse programa os jovens rurais tiveram oportunidade de debater os processos, desde seu início, apresentando o esboço de projeto, defendendo suas ideias e sistematizando as sugestões dos poderes executivo e legislativo municipal e conselho municipal da agricultura, quebrando vários discursos prontos como, por exemplo, “os jovens não querem nada com nada”, paradigmas e preconceitos.



Figura 1: Lideranças dialogando com os agricultores familiares dentro das propriedades rurais em Paraíso do Sul/RS– ambiente confortável para os produtores.

Também fizemos o uso das redes sociais para que as populações rural e urbana pudessem escolher os nomes de alguns programas (Futuro Mais Jovem e Armazena Paraíso), dando visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pela extensão rural e seus parceiros.

Como bem sabemos, a situação financeira da maioria dos pequenos municípios brasileiros não permite sobras de receita e, muitas vezes, existe a necessidade de convencimento dos gestores de que investir na agricultura familiar não é gasto e sim investimento. Quando atingimos esse objetivo unimos as forças políticas com o respaldo técnico e social, assim concretizando projetos e programas, saindo do campo das ideias para a prática.

Dentre as obrigações comuns dos agricultores para a adesão nesses programas frisamos: a participação em capacitações iniciais e continuadas; possuir Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF); aplicar recomendações técnicas de conservação de solo e água; disponibilizar suas propriedades para a capacitação de técnicos, extensionistas, professores, pesquisadores, estudantes e outros produtores, além de comercializar suas produções excedentes com nota fiscal para que os municípios arrecadem recursos e possam investir em outros produtores.

Resultados

Conforme já observado, iniciamos no ano de 2006 o fomento à iniciativas municipais de incentivo à diversificação e sustentabilidade da agricultura familiar e, a partir de um trabalho coletivo, democrático e participativo foram criadas as seguintes legislações que amparam programas municipais voltados ao setor.

No município de Agudo/RS:

- Lei Nº 1.689/2007 - Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite – Pró-Leite;

- Lei Nº 1.695/2007 - Programa Municipal de Produção Florestal – Florestar Agudo;
- Lei Nº 1.813/2011 - Programa Municipal de Fruticultura – Frutas em Agudo;
- Lei Nº 2.158/2019 - Programa de Avicultura Colonial de Agudo – Pró-Aves;
- Lei Nº 2.239/2021 - Programa de Fomento à Produção de Morango no Município de Agudo – Pró-Morango.

No município de Paraíso do Sul/RS:

- Lei Nº 1.576/2021 - Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite Comercial de Paraíso do Sul – Gutte Milch;
- Lei Nº 1589/2021 – Programa de Desenvolvimento da Secagem e Armazenagem de Grãos na Agricultura Familiar de Paraíso do Sul – Armazena Paraíso;
- Lei Nº 1.693/2023 - Programa de Incentivo ao Jovem Empreendedor Rural de Paraíso do Sul - Futuro Mais Jovem.

Atualmente, 445 (quatrocentas e quarenta e cinco) famílias estão inseridas nessas iniciativas municipais que agregam agricultores com características em comum gerando um movimento de fortalecimento do coletivo e levando ao surgimento de associações e cooperativas. Com essas ações locais verifica-se um sentimento de valorização da agricultura familiar, aumentado a autoestima e qualidade de vida das famílias originando, assim, uma onda positiva que repercute na redução do êxodo rural.



Figura 2: Produtores integrantes do Programa Municipal Pró-Leite de Agudo/RS.



XV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa do Setor Público do Brasil

Durante todo o processo de elaboração buscamos dar o protagonismo aos agricultores, desenvolvendo a cidadania e a partir daí, verificamos o surgimento de novas lideranças.

No que tange ao serviço de extensão rural observamos um incremento da sua visibilidade e importância para a comunidade local. Isso porque, para além das ações planejadas e continuadas com injeção de recursos financeiros e de força de trabalho, objetivando a melhoria das condições de vida das pessoas, as questões ambientais e de sustentabilidade no meio rural passam, de maneira efetiva e transversal, a orientar as práticas quotidianas. Importante ressaltar que, diante do processo crescente de degradação, a questão da sustentabilidade ambiental merece ser constantemente reforçada.

A diversificação da agricultura familiar associada ao incremento na renda das famílias inseridas nos programas causa, por consequência, um aumento na arrecadação municipal. Isso pode ser evidenciado através do programa Pró-Leite de Agudo/RS, que fomenta a produção leiteira ao ponto que esta atividade, antes sem importância econômica alguma, passe a ser a terceira fonte de arrecadação do setor primário para o município, atrás apenas das tradicionais culturas do arroz e do tabaco.

Agradecimentos

Nossos reconhecimentos aos extensionistas, técnicos, gestores municipais e demais parceiros que fazem os programas municipais de incentivo à agricultura familiar acontecerem.

Um agradecimento muito especial aos atores principais deste complexo processo que são os agricultores e agricultoras familiares que, através do seu trabalho diário, dedicação e persistência nos inspiram a sonhar com desenvolvimento sustentável dos nossos municípios.